

O TERRITÓRIO: DIFERENTES ABORDAGENS E CONCEITO-CHAVE PARA A COMPREENSÃO DA MIGRAÇÃO

Ana Lia Farias Vale¹
Marcos Aurelio Saquet²
Roseli Alves dos Santos³

Resumo

Como é cada vez mais intensa a discussão do conceito de território, julgamos relevante, neste texto, socializar diferentes abordagens que estão sendo produzidas em Ciências Sociais. Assim, pretendemos, de forma didática, auxiliar nos debates que estão acontecendo. Destacamos as dimensões sociais do território, o conceito de territorialidade e a possibilidade de se fazer estudos migratórios centrados na abordagem territorial.

Palavras-chave: Território; Sociedade; migração.

Introdução

A reflexão que ora nos propomos a realizar não é uma tarefa fácil, pois delimitar conceitualmente o território a partir de uma perspectiva geográfica requer o domínio de algumas leituras que estamos apenas começando a trilhar. Desta forma, vamos nos ater, inicialmente, à discussão sobre o conceito de território e sua aproximação com a geografia. Assim, a proposta desse texto é descrever alguns pressupostos teóricos sobre o território, esclarecendo as principais linhas teórico-conceituais, sempre buscando questionar o uso adequado do termo na geografia, a partir, principalmente, das contribuições de Saquet (2004), isto é, a percepção/interpretação que o mesmo obteve, fundamentando sua apreensão

¹ Professora da Universidade Federal de Roraima; doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente (FCT/UNESP); Av. 15 de novembro, 501 – centro – Jaboticabal/SP; CEP: 14870-600

² Professor no colegiado de Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), campus de Francisco Beltrão; rua Maringá, 1200 – Francisco Beltrão/PR; coordenador do GETERR; e-mail: saquetmarcos@hotmail.com

³ Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná/Francisco Beltrão; rua Maringá, 1200 – Francisco Beltrão/PR; pesquisadora do GETERR; doutoranda em Geografia na Universidade Estadual Paulista/Presidente Prudente; e-mail: rosaliasantos@gmail.com

considerando obras de F. Ratzel, R. Sack, C. Raffestin e R. Haesbaert e alguns teóricos italianos como Arnaldo Bagnasco, Bruno Anastasia e Giancarlo Corò, entre outros.

Julgamos relevante debater-socializar-debater os conceitos usados em certos estudos para entender sua importância e definir elementos para uma análise o mais coerente possível sobre o tema proposto.

Os limites não se estabelecem apenas na definição do conceito; há uma enorme polissemia que acompanha a sua utilização, pois dependendo da concepção de geografia que se tem muda, conseqüentemente, o conceito de território. Mesmo depois de delimitar um parâmetro conceitual razoável, os teóricos deparam-se com dificuldades para caracterizar empiricamente o fenômeno ou vice-versa, há imensas dificuldades para se produzir os conceitos a partir ou concomitantemente ao *real*.

Território e Geografia

Primeiramente, podemos destacar o sentido etimológico de território. A palavra território deriva do termo latim terra e corresponde ao termo *territorium*. Este se constrói pela adição à terra do sufixo *torium*, que designa o lugar de um substantivo qualquer: dormitório, lugar de dormir; território, lugar da terra, âmbito terrestre localizado. O que se enfatiza com o sufixo é o sentido de localização do termo original, é a localização de uma determinada porção do espaço envolvendo superfície, formas e limites (Bailly, 1992).

O território é um conceito central, atualmente, em algumas ciências sociais. Tudo é pretexto para se falar de território: o inverno, o historiador, as praias, os esportes. Essa abundância de utilização é seguramente sinal de vitalidade, mas é também muito tênue: isso prejudica incontestavelmente toda a utilização científica tanto em geografia como em qualquer outra ciência.

O que se pode dizer é que não se trata de um termo usual à nomenclatura da geografia. Contudo, ele se transformou em uma das palavras-chave e, desta forma, como todos os termos relativos ao espaço, faz a especificidade da disciplina. Assim, é importante que seu sentido seja o mais inequívoco possível e ele passará a se efetivar como um conceito geográfico intimamente ligado ao *real*.

Na geografia moderna, o conceito de território é, inicialmente, enunciado por Friedrich Ratzel. Em uma de suas principais obras, a *Antropogeografia*, destacou a preocupação com a constituição do Estado alemão que, em pleno século XIX, não tinha sido edificado como um Estado Nacional, nem apresentava condições concretas para expandir sua área de domínio, pois não tinha participado da busca por *colônias*, o que caracterizara, até então, uma das forças fundamentais do desenvolvimento

capitalista. Tal fato pode revelar, embora o caráter político e ideológico não esteja explícito, a busca científica de justificativas para as atitudes da burguesia alemã e a constituição de seu Estado. Refletir a concepção de Ratzel sobre o território nos remete a este contexto histórico e político, considerando que todo pensamento ratzeliano esteve ligado aos interesses do Estado alemão.

Na geografia, como em outras ciências sociais, o termo território é marcado por muita precaução e, como são muitos os termos geográficos relativos à dinâmica socioespacial, ele tem vários sentidos, empregados em diferentes momentos e por diferentes teóricos. Do ponto de vista da explicação geográfica, inicialmente, o conceito de território tem um caráter político-jurídico de utilização; é definido como uma porção da superfície terrestre delimitada que se reserva para uma coletividade humana que a dispõe em função de suas necessidades.

No momento atual, o conceito de território possui três noções familiares ao geógrafo: a de dominação ligada ao poder; a de uma área dominada por esse controle territorial; a de limites materializados pelas fronteiras, revelando uma outra filiação: a que provém diretamente da competência jurídica que se encontra na expressão de administração do território. De forma renovada, é entendido nas ciências sociais, a partir das relações sociais expressas nas formas do poder político, cultural e econômico.

Neste sentido, o processo de produção e apropriação do território possui em sua origem fatores econômicos, políticos e culturais (EPC), abordados diferentemente por teóricos que, de forma direta ou indireta, tomam posições que contemplam as relações entre essas dimensões, privilegiando em algumas produções científicas aspectos políticos e econômicos; em outras, econômicos e culturais, ou, ainda, aspectos culturais e políticos, conforme destacou Saquet (2004).

Dimensões básicas na concepção de território

Para Saquet (2003 e 2004), o território é um processo de conjugação de forças, de relações e produções interconectadas, de articulação dos aspectos econômicos, políticos e culturais, no tempo e no espaço. As relações entre esses diferentes elementos e aspectos das dimensões da EPC variam para cada lugar e momento e/ou período histórico. Na produção do território, idéia (*superestrutura*) e matéria (*estrutura*) condicionam-se.

As dimensões básicas (EPC) condicionam e são condicionadas na dinâmica territorial. Na dimensão econômica, sucintamente, o território é discutido como produto da divisão territorial do trabalho; na dimensão política ou jurídico-política, compreende-se o território como um espaço

delimitado e controlado, no qual se exerce um poder, na maioria das vezes, relacionado ao Estado e, na cultural ou simbólico-cultural, o território é visto como um produto de apropriação/valorização simbólica. As dimensões da EPC são frutos das relações sociais, que se manifestam através do tempo, conceito fundamental para se compreender a constituição do território e da territorialidade e, especialmente, as desigualdades e diferenças.

Para Saquet (2004), as três dimensões (EPC) estão no mesmo nível e relacionam-se reciprocamente; há uma relação mútua entre idéia e matéria. Ora uma(s), ora outra(s) dimensão(sões), em cada lugar e momento e/ou período histórico, pode(m) predominar diante das demais, como apontara Haesbaert (2002).

É necessário contextualizar os processos territoriais em cada período e lugar, em constante movimento contraditório de mudanças e permanências, porque, como Raffestin (1993) afirma, apesar de estarem sempre presentes, as *tessituras*, *nós* e *redes*, ou, os elementos e fatores constituintes do território, podem ser diferentes de uma sociedade para outra. O que muda e/ou permanece, para cada período e/ou momento e lugar, é o arranjo social, espacial e territorial, através das *formas* e *conteúdos* que este arranjo assume. Assim, para cada propósito de pesquisa e para cada processo territorial, podemos ter uma abordagem mais coerente com o acontecer geográfico.

Por isso, a abordagem geográfica é, concomitantemente, econômica, política e cultural. A territorialização não é um processo *puramente* econômico, tem, simultaneamente, determinações e desdobramentos políticos e culturais, nos quais, as dimensões da EPC estão sempre presentes, de uma forma ou outra. Há uma relação dialética entre os elementos que constituem o território, internos e externos ao homem, naturais e sociais. Saquet (2003 e 2004) considera que o território é natureza e sociedade simultaneamente, é economia, política e cultura, *idéia* e *matéria*, *fixos* e *fluxos*, enraizamento, conexão e redes, domínio e subordinação, degradação e proteção ambiental; é local e global, singular e universal, concomitantemente.

A cada geração, as sociedades herdam um território específico, com as suas características. A cada momento, em função de suas preocupações, a sociedade vê e compreende estas características, seja como atributos/trunfos, seja como obstáculos, diante dos objetivos que ela apreendeu. Assim, cada grupo social pode re-ordenar o território, de acordo com sua lógica de vida.

A dimensão econômica do território

Para construir suas reflexões sobre o território, Saquet (2003 e 2004) partiu de alguns elementos que articulam concomitantemente o tempo, o espaço e o território, e, aspectos da economia, da política e da cultura (EPC), dando ênfase à questão econômica, buscando *subsídios na literatura italiana* (Ciências Sociais), em alguns estudos importantes como o de Arnaldo Bagnasco, Giuseppe Dematteis, Enzo Rullani, Bruno Anastasia e Giancarlo Corò. Também fez interpretações a partir de Claude Raffestin, Marcelo Lopes de Souza e Rogério Haesbaert, buscando nestes autores as contribuições para teorizar e construir de forma efetiva o conceito de território.

Saquet (2003 e 2004) considera que uma questão importante na geografia atual é a relação da natureza com os acontecimentos históricos e vice-versa; outra é a relação do local com o global e deste com aquele, impulsionado por mudanças técnicas. Neste tipo de abordagem, mostra-se a dominação, a difusão tecnológica, redes de circulação e comunicação, enfim, as condições históricas, territoriais, do desenvolvimento econômico e do papel do Estado, apreendendo elementos e aspectos da relação espaço-tempo. De certa forma, no trato destas questões, na literatura italiana (Saquet, 2004), há uma centralidade da dinâmica econômica.

Nesse sentido, vale a pena mencionar, mesmo que sucintamente, a abordagem do economista italiano, Enzo Rullani. Em obra recente (1997), afirma que a dinâmica econômica, em processo constante de expansão, *ocupa-se* de culturas nacionais, de especificidades territoriais e variantes locais ligas à vida cotidiana. A *globalidade* significa *contextos territoriais* diferentes entre si, mas interagidos, em reciprocidade. O mercado global valoriza, paradoxalmente, os *contextos locais e nacionais*, impulsionando-se com a pluralidade de lugares e trocas. Desta maneira, no seu entendimento, o território é uma variável econômica significativa, a dimensão local de ações gerais. O território, para Rullani (1997), é um lugar articulado a outros lugares, especialmente, pela ciranda mercantil; significa *enraizamento e conexão*, fluxos (através das redes de circulação e comunicação), para além de recursos ambientais e infraestrutura. Evidencia, na constituição do território, as forças sociais, econômicas, culturais e mesmo políticas.

Outra contribuição importante faz Michael Storper (2003). Em sua abordagem da tecnologia e estratégias comerciais no território, evidencia as articulações entre diferentes territórios. Nestas relações, as empresas têm uma centralidade. Assim, são fundamentais no ordenamento territorial. No dizer do autor, entre as *conseqüências territoriais* desta dinâmica, estão a deslocalização, os aglomerados urbanos e a flexibilização. Desta forma, para Storper (2003), não se pode dizer que as empresas não são

territorializadas. Há, sim, com mediação do Estado, enraizamento e fluidez, conexão, concomitantemente.

Na argumentação de Saquet (2003 e 2004), o território é produzido e efetivado, ao mesmo tempo, por relações políticas, culturais e econômicas, nas quais as relações de poder inerentes às relações sociais estão presentes num jogo contínuo de dominação e submissão, de controle do espaço geográfico, em diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades, gerando a des-territorialidade e *novas* territorialidades. Esse território é construído socialmente, resultado do processo de apropriação e domínio de um espaço, cotidianamente, inscrevendo-se num campo de poder, de relações socioespaciais.

Em suas reflexões, embora Saquet tenda a 'explorar' mais a dimensão econômica do território e do processo de territorialização, considera que as três dimensões (EPC), são e estão relacionadas e, por isso, condicionam-se; são indissociáveis e o reconhecimento desta articulação se faz necessário para superar os limites impostos por cada abordagem feita isoladamente, o que pode remeter a dicotomização na abordagem geográfica.

De modo geral, para Saquet, o território não é somente relações sociais; simultaneamente, significa também a materialidade das formas espaciais dos processos sociais de dominação e controle; é fluxo, conexão e enraizamento. O território é efetivado quando ocorre a manifestação e se exerce qualquer tipo de poder, de relações sociais, pois são estas que consubstanciam o poder e que os homens mantêm entre si na vida cotidiana, concluindo assim que, onde existem homens há relações e, têm-se, ao mesmo tempo, territórios. As relações são o poder e o poder são as relações e são estas que cristalizam o território e as territorialidades plurais.

Segundo Saquet (2004), a territorialidade é composta por relações políticas, econômicas e culturais, portanto, sociais, que efetivam diferentes redes e um determinado *campo de forças*. A formação das redes de circulação e comunicação contribui para o controle do espaço; elas agem como elementos mediadores da re-produção do poder da classe hegemônica e interligam o local ao global, interferindo diretamente na territorialidade cotidiana dos indivíduos e grupos ou classes sociais. Esta própria territorialidade é fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza inorgânica para sobreviverem biológica e socialmente. Aí há, evidentemente, a presença e influência da natureza (*nata*) no processo de territorialização e na

constituição de territorialidades, o que nos remete a uma postura múltipla frente ao território (EPCN).

A territorialidade é o acontecer de todas as atividades cotidianas, seja no espaço do trabalho, do lazer, na igreja, na família, na escola etc., resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar; resultado e condição da dinâmica socioespacial.

A dimensão política do território

Na preocupação de Ratzel (1990b) com o território é possível verificar a vinculação da compreensão das relações/influências das condições naturais aos processos civilizatórios, além do seu caráter político.

Pode-se, portanto, compreender que, por este raciocínio, uma grande parte dos progressos da civilização são obtidos mediante um desfrute mais perspicaz das condições naturais, e que neste sentido esses progressos estabelecem uma relação mais estreita entre povo e território. Pode-se dizer ainda, em um sentido mais geral, que a civilização traz consigo o fortalecimento de uma ligação mais íntima entre a comunidade e o solo que a recebe.

O território, nesta perspectiva, ao mesmo tempo em que tem papel central na constituição do Estado, é apresentado de forma naturalizada. Para Ratzel, muitas vezes, o território aparece como sinônimo de solo, atuando apenas como palco. O que sobressai na argumentação de Ratzel a cerca do território, é o papel deste como elemento fundamental da unidade e expansão do Estado. Segundo Haesbaert (2004), para Ratzel, é no elo indissociável entre uma dimensão natural, física, e uma dimensão política (aí se confunde com o Estado) do espaço que o território se define.

Esta abordagem nos remete a pensar, também, o território a partir de sua dimensão política. Segundo Ribas et ali (2003), para Ratzel, o território é compreendido como Estado-Nação, a partir do momento em que há uma organização social para sua defesa. Assim, o Estado e o território têm limites e fronteiras maleáveis. O território é entendido como substrato para a efetivação da vida humana, logo, a guerra apresenta um caráter natural e necessário para a conquista de novos territórios na história humana.

Em Ratzel, a ocupação de novas áreas tem uma relação direta com a dependência existente entre o homem e o território. Desta forma, o território pode facilitar ou dificultar a ocupação, assim como pode ser fator de impulsão à ocupação ou expulsão de povos de determinadas áreas. Nesta perspectiva, o território recebe uma configuração meramente física,

sustentada pelas condições naturais de determinadas áreas, como riqueza de águas, vegetação, condições climáticas, fertilidade do solo, etc.

Na abordagem do prussiano Friedrich Ratzel, a idéia do “onde” tem uma relação direta com o objeto de estudo da geografia, o que nos leva a inferir sobre o conceito de território a ele atribuído por diversos autores. Embora tal conceituação não pareça ter sido o mote central de seus estudos, o conceito de território foi base importante para garantir a sua compreensão da relação homem-meio e, ao mesmo tempo, justificar aspectos do processo de expansão no cenário europeu e, de forma mais específica, o caso da Alemanha.

Todavia, o estudo do território é retomado na atualidade como categoria fundamental da geografia, embora continue expressando falta de consenso sobre o que ele venha a expressar. Renova-se a Geografia Política Clássica que passa a reconhecer e valorizar novas escalas de análise, não se limitando exclusivamente às relações de poder efetivadas no nível do Estado-Nação. Outros aspectos e dimensões do poder são valorizados, como argumenta, por exemplo, Raffestin (1993).

Para este autor, com base em Michel Foucault, o poder é exercido e manifesta-se de duas maneiras: Poder e poder. O primeiro, é a atuação do Estado, presente, visível, maciço e identificável; o segundo: “Esconde-se tanto melhor quanto maior for a sua presença em todos os lugares. Presente em cada relação (...), ele se aproveita de todas as fissuras sociais para infiltrar-se até o coração do homem” (Raffestin, 1993, p.52). Ou seja, sinaliza para a existência, em nossa vida diária, de distintas dimensões de poder, efetivadas em diferentes situações. As relações, territorialidades, criam um *campo do poder* e esta é outra maneira de se compreender a dimensão política do território.

A dimensão cultural do território: lugar de memória

O território, nesta perspectiva é, antes de tudo, um espaço simbólico ou uma referência para a construção de identidades, ou, fruto de identidades; está ligado a uma questão cultural que reconhece uma identidade. Esse é um espaço comutativo/disjuntivo; um solo que agrupa um ser social, um espaço de comensalidade e simbiose; vivem nas mesmas paisagens, participam de atividades cotidianas, de mesma cultura regional ou nacional, dividem representações afetivas, com cumplicidades múltiplas. Tais interações espaciais formam uma unidade. Enfim, o território é um espaço de dependências e apropriações, pertencente a diferentes conjuntos de mesma estrutura econômica, política e cultural, através dos atos cívicos, por intermédio da vida associativa, identitária, mercadológica, etc.

Desta forma, considerar o território como um lugar de memória, acrescenta algo mais, com dimensões que vão do físico ao mental, do social ao psicológico, em escalas diversas, pois na convergência destas características misturadas (de comutação/diisão, de comensalismo/simbiose, de dependência/apropriação), no centro da noção de território, encontram-se dois sentidos: o da *identidade*, a individualidade (a maneira particular), pois o território é um espaço diferente para cada indivíduo que o compõe, e o *temporal* através da evolução, das mudanças ao longo das décadas em uma localidade ou nação.

Há, portanto, uma acoplagem entre elas, uma relação dinâmica. E é este circuito em espiral que faz do território um lugar de memória. O acontecer e a memória dos fenômenos culturais no espaço consubstanciam território. A memória modifica ou sugere um espaço distinto, particular; condiciona, influencia e é condicionada, sujeitada, determinada. Há, aí, uma relação recíproca entre o pensar e o ser.

Cada homem ou grupo, em cada um de seus atos, celebra a memória. As projeções espaciais de lembranças, reconstituídas no presente, sustentam a memória. O espaço é a oportunidade fornecida às memórias, pois coloca diante dos olhos coisas e pessoas, oferecendo a possibilidade de repensar aquilo que os momentos vividos não permitiram, oferecendo uma espécie de regeneração interativa do tempo. Ele é memória do futuro e interpreta um papel maior na formação da identidade.

O território pode, assim, como o tempo, tanto se extenuar como se confirmar. Os mesmos agentes de cristalização do território se encontram ao longo de todo o processo e esse se transforma, por sua vez, no guardião de memória. O território é, de todos os lugares de memórias espaciais, o que se identifica mais com a ação humana.

Território e territorialidade

O território, na geografia, como estamos apresentando, adquiriu diferentes compreensões, de acordo com as diferentes abordagens filosóficas que foram se configurando nesta ciência. Embora permaneça a noção jurídica e política delimitada por uma extensão da superfície terrestre sobre a qual vive uma nação ou um povo, o mesmo assume uma noção, contemporânea, definida como formas de poder que definem e delimitam determinadas áreas e a partir das quais a sociedade estabelece sua relação com o espaço. O território esteve muito vinculado ao controle do poder estatal e à constituição do espaço do Estado-Nação. Porém, muitos autores têm questionado essa leitura, dando ênfase ao caráter político não-estatal do território, à dimensão cultural e/ou econômica.

No que se refere à constituição de identidade no território, Haesbaert (2004) lembra que o mesmo é um espaço dominado ou apropriado com um sentido político, mas é também apropriado simbolicamente, onde as relações sociais produzem ou fortalecem uma identidade utilizando-se do espaço como referência. Mais uma vez, percebemos que diferentes dimensões do território aparecem concomitantes ou de forma complementar. Neste sentido, alguns autores, dependendo do aporte filosófico que adotam, consideram a subjetividade na constituição do território.

Desta forma, o território é considerado enquanto elemento dinâmico e não é definido apenas como palco natural. O território se reveste de concretude em suas dimensões política, econômica, cultural e natural e a adoção de qualquer uma delas dependerá, como destacam Haesbaert (2004) e Saquet (2004), do critério de fundamentação filosófica adotada por cada pesquisador.

Território e territorialidade dizem respeito à vida humana. Todavia, há uma amplitude no conceito de território, conforme assevera Haesbaert (op. cit., p.89), a qual possibilita que o território seja estudado por diversas ciências. Cada qual com um enfoque diferenciado. Por exemplo, enquanto a geografia dá ênfase à materialidade do território, a ciência política enfatiza sua construção a partir das relações de poder e a sociologia busca a sua intervenção nas relações sociais etc. Desta forma, verificamos que, de acordo com o objeto de estudo de cada ciência, uma ou outra dimensão do território é utilizada e tem sido crescente a utilização dos conceitos de território e territorialidade.

Os territórios, por serem dinâmicos, podem ser construídos ou destruídos em escalas variadas do tempo e do espaço. As territorialidades variam em diferentes situações históricas e geográficas, são multiformes. Para refletir sobre a territorialidade, utilizaremos a idéia de controle e poder sobre o território, desenvolvida por Raffestin (1993) e Sack (1986).

Sack (1986) define a territorialidade como sendo a tentativa de um indivíduo ou um grupo de indivíduos que, através de suas ações, controlam, influenciam pessoas, fenômenos e relações, sendo o espaço, portanto, um mediador da correlação de forças entre eles.

Para Raffestin (1993, p.161), a "territorialidade aparece então como constituída de relações mediatizadas, simétricas ou dissimétricas com a exterioridade". Para o autor, a territorialidade se inscreve no quadro da produção, da troca e do consumo, reafirmando seu caráter de relação entre diferentes atores. A partir de identidades, demarcadas ou não por limites:

... Seria fácil mostrar que a imagem da noção de limite é quase universal em todos os tipos de práticas e de conhecimentos. Definir, caracterizar, distinguir, classificar, decidir, agir implicam a noção de limite: é preciso

delimitar. (...) Falar de território é fazer uma referência implícita à noção de limite que, mesmo não sendo traçado, como em geral ocorre, exprime a relação que um grupo mantém com uma porção do espaço. A ação desse grupo gera, de imediato, a delimitação. Caso isso não se desse, a ação se dissolveria pura e simplesmente. Sendo a ação sempre comandada por um objetivo, este é também uma delimitação em relação a outros objetivos possíveis. (op. cit., p.153)

Destacamos a importância da dimensão política, principalmente, baseando-se em Raffestin (1993) e Sack (1986) que, consensualmente, consideram esta dimensão, para além da perspectiva jurídica e estatal, como a que melhor responde a conceituação do território.

Sack e Raffestin partem suas leituras do território a partir de sua dimensão política, mas também consideram sua intersecção com as demais dimensões, econômica e cultural. Raffestin também contempla, ao seu modo, a dimensão natural em sua abordagem, ao tratar, por exemplo, do controle de certos recursos naturais.

A argumentação de Raffestin (1993) sobre o território tem uma centralidade, clara, nas relações de poder. “O campo da relação é um campo de poder que organiza os elementos e as configurações” (p.53); “O território é o espaço político por excelência, o campo de ação dos trunfos” (p.60); “Em graus diversos, em momentos diferentes e em lugares variados, somos todos atores sintagmáticos que produzem ‘territórios’. Essa produção de território se inscreve perfeitamente no campo de poder (...)” (p.153).

Desta forma, para Raffestin (1993), a territorialidade manifesta-se nas atividades diárias: na produção, troca e consumo; significa ligação, interação social; é a *face vivida da face agida do poder*; enfim, é multidimensional, com um caráter também econômico e cultural (ligado à semiologia).

Robert Sack (1986), trabalha a *territorialidade humana* discutindo a sua formação em diferentes escalas e dimensões: no nível do lar, do local de trabalho e de tribos indígenas. Para o autor, a territorialidade é um meio indispensável do poder, do nível pessoal ao internacional, o qual pode ser efetuado de diferentes maneiras. A territorialidade humana pressupõe um controle sobre uma área ou espaço no qual se exerce determinado poder de controle das pessoas e dos recursos, ou seja, a territorialidade é uma estratégia para influenciar e controlar o espaço.

Segundo Haesbaert (2004), para Sack, a noção de territorialidade é uma *qualidade necessária* para a definição de um território, é incorporada ao espaço quando este media uma relação de poder. Desta forma, a fronteira e o controle do acesso são atributos fundamentais na definição de territorialidade. Porém, para Robert Sack, nem toda relação de poder implica em uma territorialidade.

Robert Sack reconhece a territorialidade como base do poder. Porém, para este autor, há o não-território, ou seja, nem toda relação é territorial ou cria uma territorialidade. Há situações nas quais não se efetiva o território. A territorialidade, como relação de poder, significa controle, dominação, comunicação e mesmo classificação. Tem uma postura múltipla frente ao território, como já apontamos, reconhecendo as dimensões econômica e cultural da territorialidade. A territorialidade se constitui a partir de uma delimitação de área, em uma forma de comunicação e em uma forma de controle espacial.

Como estratégia geográfica de controle de uma área, as políticas territoriais de posse da terra variam em diferentes contextos sociais. "A territorialidade é uma expressão geográfica primária do poder social" (Sack, 1986, p.5). Este é o meio de ligação entre a sociedade e o espaço, e, uma forma para se compreender as relações históricas entre sociedade, espaço e tempo. Enfim, cada sociedade produz relações singulares e arranjos territoriais específicos. Onde há existência de determinado território estará na relação direta do controle, que cada indivíduo ou sociedade, exerce sobre o mesmo.

A territorialidade, grosso modo, pode ser, por isto, na abordagem territorial (Saquet, 2004), um conceito fundamental na compreensão do processo de territorialização, formação de territórios, enfim, de nossa vida diária, acontecendo e manifestando-se, econômica, política e culturalmente, e, das relações que existem entre estas dimensões sociais do território e seus componentes naturais, externos à vida orgânica do homem.

As territorialidades de migrantes

Esta síntese das abordagens teóricas sobre o território demonstra a necessidade de se entender as análises que se restringem à temática dos lugares de memória, a maneira que possui o homem de apreender o espaço, levando consigo aspectos culturais (memórias) que se exprimem e materializam em diferentes territórios.

A mobilidade do homem, que o leva a distintos territórios, transforma-o em indivíduo que, aparentemente, age desconectado de outros indivíduos. Contudo, na clareza dos lugares de memória, os territórios adquirem um suplemento de sentidos de grande importância, pois essa mobilidade acopia diferentes identidades, formando, a partir de então, novas relações e redes sociais que se interligam, justapõem e se acoplam.

A utilização das redes sociais na pesquisa sobre a territorialização, permite a análise de processos de constituição de redes de migração e o papel dos que comungam o mesmo espaço (parentes, amigos, vizinhos...)

desempenhado no fornecimento de informações e auxílio no processo migratório. As *novas* abordagens da migração concentram mais interesses na *importância da família* e de amigos de origem comum que sustentam essas redes.

Neste sentido, as migrações recentes resultariam também de redes sociais, para além de crises econômicas. Massey et al. (1990) afirmam que as redes migratórias compõem um conjunto de laços sociais que ligam territórios de origem a específicos pontos de destino nos territórios receptores. Tais laços unem migrantes e não-migrantes em uma complexa teia de papéis sociais complementares e relacionamentos interpessoais que são mantidos por um quadro informal de expectativas mútuas e comportamentos predeterminados.

As redes estão presentes na migração; os territórios permanecem e são re-construídos; as redes criam novos territórios. As unidades efetivas da migração não são nem individuais nem domiciliares, mas sim, grupos de indivíduos ligados por laços (amizade, parentesco e experiência de trabalho), que incorporam o lugar de destino nas alternativas por eles consideradas como lugares para a mobilidade.

A migração de longa distância se vincula a muitos riscos: segurança pessoal, conforto, renda, possibilidade de satisfazer as relações sociais. Assim, o contato com o possível destino (parentes, amigos, vizinhos e colegas de trabalho) gera confiança sobre as redes de informações interpessoais estabelecidas minimizando e diluindo os riscos.

Assim, quando Assis e Sasaki (2000) afirmam que os migrantes potenciais concentram-se em poucas localidades, formando territórios, com fortes ligações com o lugar de origem deixando de considerar muitos outros destinos teoricamente disponíveis, estão apenas expressando de forma teórica o que ocorre no *real*.

Neste sentido, as redes limitariam as opções dos fluxos, contudo a circulação nesse território se intensificaria. A frequência e o volume das remessas enviadas pelos migrantes para o lugar de origem e as passagens previamente pagas por pessoas no destino, revelam a extensão da ajuda mútua, evidenciando a importância dos territórios e a extensão das redes sociais, pois estes participam da economia do território de origem. Desta maneira, mostram uma dinâmica social particular nestes locais, envolvendo pessoas que não migraram nesse processo. As redes também transformam as relações sociais da EPC existentes.

Os trabalhos de Massey et al (1990) e Assis e Sasaki (2000) demonstram a importância das redes sociais na articulação dos processos migratórios e, conseqüentemente, na formação de novos territórios, enfatizando a solidariedade no interior dos grupos migrantes (territórios) como uma das características que configuram e sustentam as redes. Além disso, fica evidente que nos processos migratórios contemporâneos, os

migrantes mantêm múltiplas relações tanto no território de destino quanto no de origem. Há, aí, múltiplas redes e relações que estão no centro da formação territorial; é um vai e vêm incessante, que circula e comunica ao mesmo tempo, interliga, complementa os lugares e pessoas.

Foi o que verificou, sucintamente, Saquet (2003), ao tratar da migração italiana para o Brasil no final do século XIX. Simultaneamente a des-territorialização na Itália, ocorreu a re-territorialização no Brasil, em virtude de fatores econômicos, políticos e culturais, na Itália e no Brasil. São processos intimamente ligados e complementares, no caso, no cenário internacional.

O referido fluxo migratório do final do século XIX foi condicionado pela articulação de fatores internos e externos ao Brasil, em decorrência do processo de expansão do capitalismo no nível internacional. Mesmo naquele momento e/ou período histórico, substantivaram-se redes e relações, ligações entre distintos lugares e indivíduos. Muitos migraram para o Brasil motivados pelas notícias de amigos ou parentes que tinham se estabelecido anteriormente neste país; muitos, aos poucos, passaram a enviar dinheiro para os parentes que tinham ficado na Itália, etc. Ou seja, mantinham relações econômicas, culturais e mesmo políticas; relações de poder, no Brasil e na Itália.

Enfim, o que queremos dizer é que a territorialidade e o território, como conceitos, se trabalhados coerentemente, auxiliam na interpretação da mobilidade da força de trabalho, aqui evidenciada, e de outros processos geográficos. É uma maneira, um *caminho*.

Considerações finais

O território, quando discutido, é permeado de precauções, pois pode ser empregado com vários sentidos, em diferentes momentos e por diferentes teóricos e estudos. Porém, do ponto de vista da explicação geográfica, o território deve ser analisado como resultado de um processo de forças, de relações e produções interconectadas, da articulação mútua dos aspectos econômicos, políticos e culturais, e, destes com a natureza *nata*, no tempo e no espaço, predominando ora uma(s), ora outra(s) dimensão(ões), em cada lugar e momento e/ou período histórico.

O que determina a dimensão abordada diante das demais, numa produção científica, é a opção teórica e metodológica do autor e a contextualização dos processos territoriais em cada período e lugar, para que o propósito da pesquisa e/ou do processo territorial, possa ter a abordagem mais coerente com o *real*.

Portanto, a abordagem sobre a territorialidade necessita ser, concomitantemente, econômica, política e cultural; é natureza e sociedade simultaneamente, enraizamento, conexão e redes, domínio e subordinação, local e global, como apontara Saquet (2004). É, pois, fruto das relações diárias, momentâneas, que os homens mantêm entre si, com sua natureza interior e com sua natureza exterior para sobreviverem biológica e socialmente; resultado e condição do processo de produção de cada território, de cada lugar. Por isto, sua compreensão nos auxilia a entender a migração e outros aspectos/processos de nossa vida cotidiana.

Abstract

As the discussions about the conception of territory are getting more and more intense, we think it's important, in this text, to socialize different approaches that are being produced in Social Science. Thus, we intend, in a didactic way, to help in the debates that are going on. We point out the social dimensions of territory, the territoriality and the possibility of having migratory studies centered in a territorial approach.

Key-words: Territory; Society; Migration.

Referências

- ASSIS, G. de O.; SASAKI, E. M. Teoria das migrações internacionais. [CD-ROM]. XII Encontro Nacional da ABEP 2000, GT de Migração, sessão 3 (A migração internacional no final do século). Caxambu, outubro de 2000.
- BAILLY et. Al. *Encyclopédie de Géographie*. Paris: Economica, 1992.
- HAESBAERT, Rogério. **Concepções de território para entender a desterritorialização**. RJ: Programa de Pós-Graduação em Geografia/UFF, 2002.
- HAESBAERT, R. Des-caminho e perspectiva do território. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO, E. S.; SAQUET, M. A. (orgs). **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004.
- MASSEY, D. et al. The social organization of migration. In: **Return to Aztlan – the social process of international migration from Western Mexico**. Berkeley, University of California Press, 139-171, 1990.
- RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.
- RATZEL, F. As leis do crescimento espacial dos estados. In: MORAES, A. C. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990a. p. 175-192.
- RATZEL, F. Geografia do homem (Antropogeografia). In: MORAES, A. C. **Ratzel**. SP: Ática, 1990b. p. 32-107.

RIBAS, A. et al. *Considerações sobre a Geografia e o conceito de território em Friedrich Ratzel. Faz Ciência*, Francisco Beltrão, v. 5, n.1, 2003. p.159-174.

RULLANI, Enzo. Più locale e più globale: verso una economia postfordista del territorio. In: BRAMANTI, A. e MAGGIONI, M. **La dinamica dei sistemi produttivi territoriali: teorie, tecniche, politiche**. Milano: Franco Angeli, 1997. p. 85-111.

SACK, R. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.

SAQUET, M. A. **Os tempos e os territórios da colonização italiana: O desenvolvimento econômico na Colônia Silveira Martins (RS)**. Porto Alegre: Edições EST, 2003.

SAQUET, M. A. O território: diferentes interpretações na literatura italiana. In: RIBAS, A. D.; SPOSITO E. S.; SAQUET, M. A. (orgs.) **Território e desenvolvimento: diferentes abordagens**. Francisco Beltrão: Unioeste, 2004. p.121-147.

STORPER, M. Tecnologia, strategie aziendali e ordine territoriali. In: DEMATTEIS, G.; FERLAINO, F. **Il mondo e I luoghi: geografie delle identità e del cambiamento**. Torino: IRES/SGI, 2003. p.13-20.

Recebido: 19/04/2005

Aprovado: 06/06/2005